

Iniciativas de prevenção da corrupção orientadas para o comportamento humano no setor público: uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional¹

Human behavior-oriented corruption prevention initiatives in the public sector: a systematic review of national and international literature

Iniciativas de prevención de la corrupción orientadas al comportamiento humano en el sector público: una revisión sistemática de la literatura nacional e internacional

Tatiana Freitas de Oliveira e Anna Carolina Mendonça Lemos Ribeiro

<https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v16i30.755>

Resumo: A corrupção, tida como um fenômeno social, tem sido objeto de estudos ao redor do mundo. Contudo, ainda são incipientes as pesquisas que focam no comportamento humano no âmbito do setor público, no tocante a medidas preventivas de combate à corrupção. O objetivo deste estudo é apresentar um cenário dos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais sobre a utilização da ciência comportamental na prevenção à corrupção no setor público. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional, em que se identificaram 79 artigos, dos quais 19 foram selecionados para análise. Concluiu-se que, nos artigos analisados, a temática é emergente, mas ainda incipiente, indicando uma série de possibilidades de agenda futura. As evidências encontradas são relevantes para a intensificação de pesquisas em prol da promoção da integridade pública, ao sinalizarem a necessidade de estudos que enfoquem o componente individual relacionado a práticas de corrupção.

Palavras-chave: corrupção, integridade, setor público, ciência comportamental, revisão sistemática.

Abstract: Corruption, seen as a social phenomenon, has been the subject of studies around the world. However, there is still little research focusing on human behaviour in the public sector with regard to preventive measures to combat corruption. The aim of this study is to present a scenario of articles published in national and international journals on the use of behavioural science in preventing corruption in the public sector. To this end, a systematic review of national and international literature was carried out, identifying 79 articles, of which 19 were selected for analysis. It was concluded that, in the articles analysed, the theme is emerging but still incipient, indicating a series of possibilities for future agendas. The evidence found is relevant to the intensification of research in favour of promoting public integrity, as it signals the need for studies that focus on the individual component related to corruption practices.

1. Artigo submetido em 01/07/2024 e aceito em 08/05/2025.

Keywords: corruption, integrity, public sector, behavioural science, systematic review.

Resumen: La corrupción, considerada como un fenómeno social, ha sido objeto de estudios en todo el mundo. Sin embargo, aún son escasas las investigaciones centradas en el comportamiento humano en el sector público en relación con las medidas preventivas para combatir la corrupción. El reto de este estudio es presentar un panorama de los artículos publicados en revistas nacionales e internacionales sobre el uso de las ciencias del comportamiento en la prevención de la corrupción en el sector público. Para ello, se realizó una revisión sistemática de la literatura nacional e internacional, en la que se identificaron 79 artículos, de los cuales se seleccionaron 19 para su análisis. Se concluyó que, en los artículos analizados, el tema es emergente pero aún incipiente, indicando una serie de posibilidades para una agenda futura. La evidencia encontrada es relevante para la intensificación de investigaciones a favor de la promoción de la integridad pública, ya que señalan la necesidad de estudios que se centren en el componente individual relacionado con las prácticas de corrupción.

Palabras clave: corrupción, integridad, sector público, ciencia del comportamiento, revisión sistemática.

1. INTRODUÇÃO

A corrupção é uma prática antidemocrática que acarreta o descrédito nas instituições públicas e o enfraquecimento dos valores morais (Controladoria-Geral da União [CGU], 2016).

Com a intensificação das relações internacionais e o fortalecimento da globalização, o problema atingiu escala mundial, afetando negativamente a efetividade das políticas públicas e o crescimento econômico, contribuindo para o aumento da pobreza e causando impacto negativo nas relações comerciais (CGU, 2016).

Não sem razão, nas últimas décadas, a definição de mecanismos para prevenção e combate à corrupção tem congregado empenho dos diferentes organismos internacionais, e resultado na elaboração de diferentes convenções e acordos multilaterais.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, reconhece a integridade pública como uma resposta estratégica e sustentável à corrupção, referindo-se ao alinhamento consistente e à adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], 2017). Destaca que os esforços comuns existentes para prevenir a corrupção normalmente incluem controle, sanções e a redução da discricionariedade dos decisores, a fim de diminuir a sua margem para o mau comportamento (OCDE, 2018).

Em alinhamento a esse entendimento, com a aprovação da Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), aplicável a pessoas jurídicas que se relacionam com a administração pública, nacional ou estrangeira, a implementação de mecanismos e procedimentos internos de integridade passou a ser incentivada no cenário brasileiro (Barreto & Vieira, 2021). Dentro dessa mesma lógica preventiva, os padrões de governança corporativa também passaram a ser aprimorados nas empresas públicas, nas sociedades de economia mista e em suas subsidiárias, com a aprovação da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016), que passou a exigir a adoção de boas práticas de integridade (Barreto & Vieira, 2021).

No âmbito da administração pública federal autárquica, direta e fundacional, o tratamento estruturado da temática de integridade remete à edição do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança desses órgãos e entidades. O normativo estabeleceu a integridade como um dos princípios da governança pública e instituiu a obrigatoriedade de que essas organizações implementassem programas de integridade, sob a orientação da Controladoria-Geral da União (CGU).

Em definição estabelecida pelo Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, o programa de integridade figura como um conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, va-

lores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional.

Adicionalmente, importa destacar ponderação da CGU no sentido de que, em geral, os atos relacionados a quebras de integridade compartilham algumas características, como ser um ato humano, praticado por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, sendo, quase sempre, doloso, à exceção de certas situações envolvendo, por exemplo, conflito de interesses e nepotismo (CGU, 2018).

Dessas propriedades, abstrai-se a preponderância do fator humano nas situações de afronta à integridade, englobando as práticas de corrupção e fraude. Não obstante, embora alguns estudos apontem nesse sentido, o comportamento humano é frequentemente uma dimensão negligenciada na elaboração de políticas de integridade (OCDE, 2018).

Lambsdorff (2015), por exemplo, aponta que os métodos preventivos podem se beneficiar substancialmente da ciência comportamental, que se concentra não apenas em critérios objetivos, mas também em fatores menos tangíveis, como sentimentos, expectativas, normas sociais, elogios, comunicação e incentivos não monetários.

Ao tratar do assunto, a OCDE (2018) apresenta resultados de estudos das ciências comportamentais que podem ser incorporados pelas políticas públicas no sentido de afetar as escolhas morais dos indivíduos, enfatizando ou elevando os seus pontos de referências morais. Dentre as possíveis ações a serem adotadas, figuram o envio de pequenas mensagens, comumente chamadas de “nudges”, como um “lembrete” moral que induza à reflexão ética; a criação de situações em que compromissos são firmados publicamente; a preparação mental dos indivíduos para as tentações éticas; e a preocupação com a melhoria dos ambientes organizacionais, dado o caráter social e de espelhamento dos indivíduos.

Dupuy e Neset (2020), por seu turno, assinalam que o fracasso das políticas e métricas anticorrupção inspiradas no pensamento racional levou teóricos e profissionais a procurarem abordagens alternativas para compreender os catalisadores do comportamento corrupto a nível individual.

Acrescentam que atualmente, em particular, a exploração foi direcionada para os campos da psicologia e da economia comportamental, e que teóricos e profissionais que trabalham na psicologia da corrupção têm-se concentrado nos determinantes psicológicos sociais do comportamento antiético, tais como a influência das normas, interações e dinâmicas de grupo.

Já para Muramatsu e Bianchi (2021), considerando que existem evidências de que os fatores comportamentais contribuem no desencadeamento de práticas desonestas e corruptas, os relatos tradicionais de corrupção devem ser complementados com conhecimentos oferecidos pela economia comportamental e campos de investigação correlacionados.

Esses trabalhos têm conduzido o diálogo para abordagens de integridade pública centradas no comportamento do ser humano, mas a literatura sobre o tema ainda é escassa, especialmente com o foco no âmbito governamental. Assim, com a finalidade de apresentar um cenário sobre os artigos que tratam do tema, bem como compreender como a utilização da ciência comportamental na prevenção à corrupção no setor público tem sido abordada na produção acadêmica mundial, este trabalho se dedicou a realizar uma revisão sistemática de literatura nacional e internacional, utilizando-se do protocolo proposto por Cronin, Ryan e Coughlan (2008).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa e empregou a revisão sistemática de literatura. Destaca-se a utilização do protocolo Cronin et al (2008), empregado conforme etapas descritas a seguir.

Primeira etapa: Formulação da questão de pesquisa

Este trabalho tem por objetivo responder a seguinte questão de pesquisa: qual o cenário das publicações nacionais e internacionais quanto à consideração do comportamento humano na prevenção da corrupção no setor público?

Segunda etapa: Definição dos critérios de inclusão ou exclusão

Em razão de sua ampla abrangência, foram realizadas pesquisas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 1º e em 23 de abril de 2024, com os seguintes descritores, em qualquer campo:

- Em inglês: “*prevent*”; “*corruption*” e “*behavioral*”
- Em inglês: “*prevent*”; “*corruption*” e “*behavioural*”
- Em português: “*prevenção*”; “*corrupção*” e “*comportamental*”

Entre os termos, foi utilizado o operador “E” e, entre os idiomas, o operador “OU”. O asterisco (*) foi incluído para estender a abrangência do descritor “*prevent*”, de modo que termos derivados, tais como “*prevention*” e “*preventive*” fossem incluídos na busca.

Não foi utilizado limitador temporal e considerou-se apenas os materiais do tipo artigo, que estivessem disponíveis no idioma inglês e português.

Adicionalmente, foram incluídos somente artigos publicados em periódicos que utilizavam o processo de revisão por pares, como forma de filtrar documentos com mais rigor científico, classificados

com Qualis/Capes equivalente ou superior a B2, no período de avaliação mais recente (2017-2020). Para os Periódicos que não dispunham dessa informação, foi considerado Fator de Impacto acima de 0,80, tradicionalmente equivalente ao estrato B2 do Qualis/Capes.

Por fim, destaca-se que foram considerados apenas trabalhos afetos diretamente ao setor público, ou que, em que pese o foco fosse o setor privado, tenham analisado fatores relativos à sua interlocação com aquele.

Terceira etapa: Seleção e acesso da literatura

Tendo em vista os critérios de pesquisa mencionados na etapa anterior, a busca na base de periódicos da Capes retornou 79 artigos.

Quarta etapa: Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão

Dos 79 artigos selecionados inicialmente, 60 foram excluídos, por estarem repetidos, por não terem relação direta com o tema ora pesquisado, após leitura do título e do resumo, ou por não possuir informação Qualis/Capes ou do Fator de Impacto quanto à qualidade do periódico em que foram publicados. O Quadro 1 apresenta a consolidação dessas informações, com os respectivos quantitativos.

QUADRO 1 – QUANTITATIVO DE ARTIGOS POR SITUAÇÃO

SITUAÇÃO DOS ARTIGOS		QUANTIDADE
RESULTANTES DA PESQUISA		79
Desconsiderados	Repetidos	4
	Sem relação direta com o tema pesquisado	54
	Informação Qualis/Capes ou Fator de Impacto do periódico não disponível	2
	TOTAL	60
Considerados para a quinta etapa		19

Fonte: Elaboração própria.

Quinta etapa: Análise, síntese e divulgação dos resultados

Nesta etapa, procedeu-se à análise dos 19 artigos remanescentes, listados no Apêndice, os quais cumpriram os critérios de seleção definidos na segunda etapa. Na revisão sistemática de literatura, esses artigos foram examinados sob a ótica das seguintes categorias:

- 1) periódico em que houve a publicação;
- 2) ano de publicação;
- 3) país ao qual o estudo se refere;
- 4) enquadramento do estudo (teórico ou empírico);
- 5) abordagem da pesquisa (qualitativa ou quantitativa);
- 6) público analisado na pesquisa;

- 7) aspectos comportamentais analisados; e
- 8) propostas apresentadas para prevenção da corrupção a partir dos aspectos comportamentais analisados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção contém análise dos 19 artigos selecionados, apresentando um panorama de como os aspectos comportamentais voltados à prevenção da corrupção têm sido abordados na produção científica mundial.

3.1. Periódico em que houve a publicação

O Quadro 2 apresenta o título dos periódicos em que os artigos selecionados foram publicados, a respectiva qualificação Qualis/Capes ou o Fator de Impacto, e a sua área de atuação.

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS CONFORME O PERIÓDICO

ITEM	PERIÓDICO	QUALIS/ FATOR DE IMPACTO	ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
1	Journal of Financial Crime	A2	Crime Financeiro	5	26,32
2	Journal of Business Ethics	A1	Ética nos negócios	3	15,79
3	Japanese Economic Review	1.2	Economia	1	5,26
4	Current Psychology	A1	Psicologia	1	5,26
5	European Management Review	A2	Gestão	1	5,26
6	International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology	A3	Criminologia	1	5,26
7	Journal of Behavioral and Experimental Economics	A2	Economia Comportamental	1	5,26
8	Journal of Educational Studies	1.89	Educação	1	5,26
9	Journal of Money Laundering Control	A3	Conformidade Financeira	1	5,26
10	Problems and Perspectives in Management	1.54	Gestão	1	5,26
11	Psicologia, Teoria e Pesquisa	A1	Psicologia	1	5,26
12	Revista Digital de Derecho Administrativo	A2	Gestão Pública	1	5,26
13	Transformando o Governo	A1	Gestão Pública	1	5,26
TOTAL				19	100

Fonte: Elaboração própria.



Observa-se que os 13 periódicos em que houve publicação de artigos relacionados à utilização da abordagem comportamental na prevenção da corrupção possuem áreas de atuação variadas, incluindo veículos destinados primordialmente a discutir assuntos relacionados a crimes financeiros, ética e conformidade, mas também se estendendo para o campo da economia comportamental e da psicologia, áreas assinaladas por Dupuy e Neset (2020) e por Muramatsu e Bianchi (2021) como aquelas para as quais a exploração do assunto tem sido direcionada.

Pontua-se, ainda, que, nos periódicos que atuam em áreas afetas diretamente à prevenção da corrupção e ao reforço dos padrões éticos na gestão (itens 1, 2, 6 e 9) houve a publicação de quase 53% dos artigos considerados. Nesse sentido, nota-se que os padrões de comportamento também têm sido inseridos nos estudos relativos aos contextos em que tradicionalmente a prevenção da corrupção era permeada por aspectos regulatórios e por padrões de conformidade.

3.2. Ano de publicação

Os artigos selecionados foram publicados no período de 2003 a 2023, sendo que o ano com o maior

número de publicações foi 2022, com 4 artigos, representando aproximadamente 21% do total. Como a pesquisa não delimitou um horizonte temporal, faz-se relevante perceber que a temática, de acordo com os resultados, passou a compor a literatura há 20 anos.

Observou-se uma concentração da quantidade publicada nos últimos 6 anos (de 2018 a 2023), representando cerca de 63% da produção. A concentração de publicações nesses anos confirma os apontamentos de Dupuy e Neset (2020) de que o direcionamento das análises para os campos da psicologia e da economia comportamental são recentes – embora seja possível perceber indícios desse mesmo movimento em outras áreas do conhecimento, como a gestão pública.

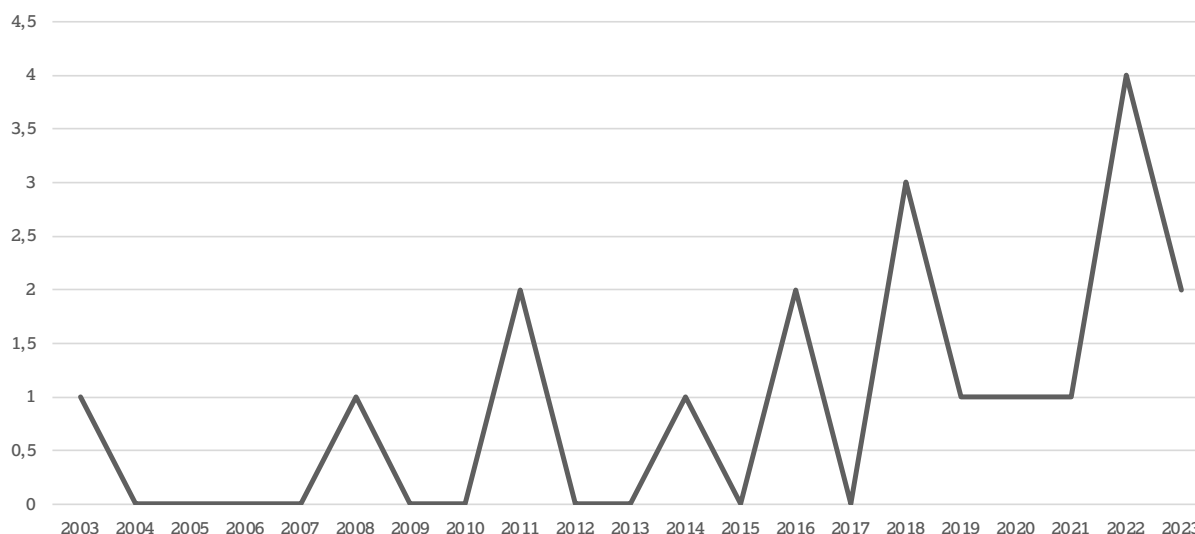
Outro ponto passível de destaque é que, a partir de 2018, houve ao menos uma publicação em cada ano, ao passo que, no período anterior (de 2003 a 2017), a produção não se mostrou frequente, tendo sido observado, inclusive, um período de 5 anos entre a primeira (2003) e a segunda (2008) publicações.

O Quadro 3 apresenta os quantitativos e percentuais observados por ano, além do percentual acumulado e a Figura 1 ilustra esses resultados.

QUADRO 3 • DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS CONFORME O ANO DE PUBLICAÇÃO

ANO DE PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL ACUMULADO (%)
2003	1	5,3	5,3
2008	1	5,3	10,5
2011	2	10,5	21,1
2014	1	5,3	26,3
2016	2	10,5	36,8
2018	3	15,8	52,6
2019	1	5,3	57,9
2020	1	5,3	63,2
2021	1	5,3	68,4
2022	4	21,1	89,5
2023	2	10,5	100
TOTAL	19	100	-

Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS CONFORME O ANO DE PUBLICAÇÃO

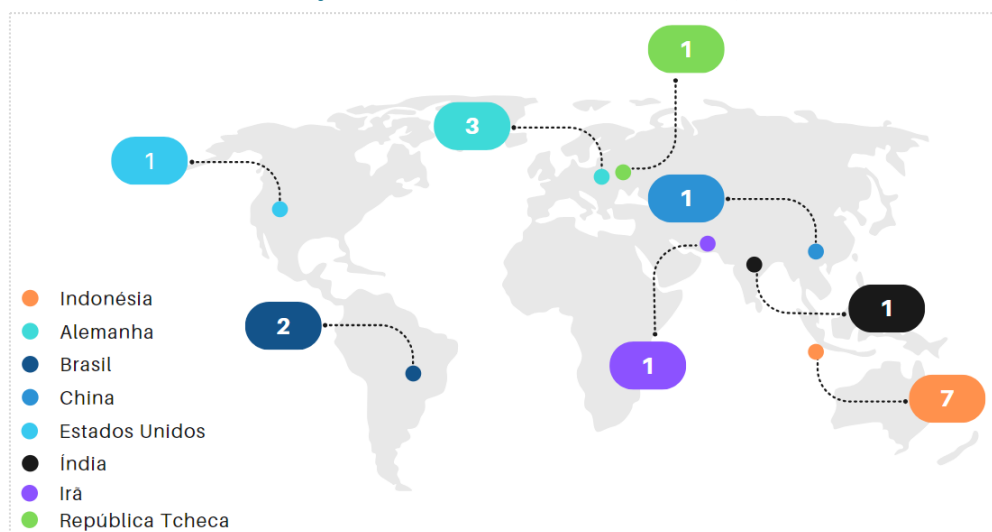
Fonte: Elaboração própria.

3.3. País ao qual o estudo se refere

Conforme assinalado na Figura 2, quanto ao país analisado, quase 37% dos artigos (7) se referem à Indonésia. Cabe assinalar, contudo, que 5 dos 7 artigos relativos a essa localidade são do mesmo autor. Na sequência, com 3 artigos, figura a Alemanha, e, posteriormente, o Brasil com 2. Em outros 2 artigos, não há vinculação específica a um país, tendo sido feita uma análise de aplicabilidade geral. China, Es-

tados Unidos, Índia, Irã e República Tcheca, por sua vez, figuram com 1 artigo cada. Não aparecem nos resultados estudos relativos ao continente africano.

Esses resultados reforçam a informação de que em diferentes nações há a preocupação em estudar o fenômeno da corrupção, inclusive por meio de alternativas que se somem aos esforços tradicionais de prevenção.

FIGURA 2: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS CONFORME OS PAÍSES AO QUAL SE REFEREM

Fonte: Elaboração própria.

3.4. Enquadramento do estudo

Em relação ao enquadramento dos artigos, 11 (58%) são empíricos e 8 (42%) são teóricos, com a análise e a comprovação prática dos objetos de estudo. Em que pese não haver predominância significativa de um enquadramento ou de outro, pontua-se que o fato de a maioria dos estudos envolver pesquisa empírica parece indicar a intenção e o interesse por análise de situações reais, com consequente aplicabilidade prática dos resultados encontrados.

3.5. Natureza da pesquisa

Do total de artigos analisados, 12 (63%) utilizaram abordagem qualitativa, 5 (26%) utilizaram a quantitativa e 2 (11%), a pesquisa quantitativa associada à qualitativa. A temática da corrupção no setor público, portanto, parece embasar essencialmente estudos de natureza qualitativa, possivelmente em razão da carência de dados oficiais que possibilitem uma análise estatística robusta.

3.6. Público analisado na pesquisa

O Quadro 4 apresenta a quantidade de artigos relacionados aos diferentes públicos analisados. Observa-se que a maioria das pesquisas se ateve a analisar aspectos gerais, relativos aos servidores públicos de qualquer área ou setor (7 artigos, representando cerca de 37%) ou aos cidadãos em geral (6 artigos, representando quase 32%). Essas abordagens relativas aos cidadãos foram associadas à visão de que os aspectos comportamentais observados no setor público não são exclusivos e sim decorrentes, dentre outros, dos contextos históricos e políticos observados na respectiva sociedade.

Dentre as outras categorias analisadas, há apenas um trabalho associado, compreendendo: candidatos a cargos políticos; gestores de agências públicas locais; gestores de pequenas e médias empresas; policiais; e servidores dos setores de finanças e da saúde. Nota-se, portanto, uma diversidade de possíveis públicos específicos dos estudos.

QUADRO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR PÚBLICO ANALISADO

PÚBLICO ANALISADO	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
Servidores públicos em geral	7	36,84
Cidadãos em geral	6	31,58
Candidatos cargos políticos	1	5,26
Funcionários do Ministério da Economia e Finanças	1	5,26
Gestores de agências locais	1	5,26
Gestores de pequenas e médias empresas	1	5,26
Policiais	1	5,26
Servidores e gestores do setor de saúde	1	5,26
TOTAL	19	100

Fonte: Elaboração própria.

3.7. Aspectos comportamentais analisados

Conforme se observa no Quadro 5, é possível agrupar os 19 artigos em classes de aspectos comportamentais analisados. Destaca-se que 5 artigos (cerca de 26%) abordaram o contexto em que os casos de corrupção estavam propensos a ocorrer, recorrendo a análises de trajetórias históricas, organizacionais e situacionais. Outros 4 artigos (cerca de 21%) se dedicaram a analisar os processos decisórios por meio dos quais os agentes ponderam sobre o custo-benefício do ato de fraude ou corrupção.

Também foram constatados:

- i) a análise das características de personalidade e de comportamento de potenciais fraudadores (em 3 artigos, representando quase 16%); e
- ii) o exame de tecnologias de apoio à obtenção e à análise de dados comportamentais (em 2 artigos, representando pouco mais de 10%).



Outros aspectos foram analisados em apenas um artigo: incentivos à implementação de medidas preventivas por parte dos gestores; impacto da implementação de um sistema informatizado e da disseminação de informações relacionadas à punição; e a relação entre o crescimento econômico, os comportamentos decorrentes e a corrupção. Percebe-se, portanto, uma infinidade de aspectos comportamentais que podem ser analisados em alinhamento à temática de combate à corrupção e em prol da integridade pública.

QUADRO 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS CONFORME OS ASPECTOS COMPORTAMENTAIS ANALISADOS

ASPECTOS COMPORTAMENTAIS ANALISADOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
Componente histórico, organizacional e/ou situacional da corrupção	5	26,32
Processo de tomada de decisão realizado por potenciais fraudadores	4	21,05
Características e atitudes de potenciais fraudadores	3	15,79
Tecnologia de apoio à obtenção e à análise de dados comportamentais	2	10,53
Categorização de incentivos à adoção de medidas preventivas	1	5,26
Impacto da implementação de sistema informatizado na intenção dos servidores em cometer fraude	1	5,26
Impacto da disseminação de informações relacionadas à punição na propensão dos cidadãos em aceitar suborno	1	5,26
Influência da educação anticorrupção na mudança de comportamento	1	5,26
Relação entre o crescimento econômico, os comportamentos decorrentes e a corrupção	1	5,26
TOTAL	19	100

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos mecanismos que parecem explicar a trajetória da corrupção em contextos específicos e determinadas circunstâncias revela-se um instrumento analítico relevante para compreensão do fenômeno. As pesquisas indicam que fatores situacionais – como o nível de supervisão, o grau de tolerância organizacional à corrupção e a percepção de impunidade – influenciam de maneira significativa a propensão ao comportamento corrupto. Esses achados apontam para a necessidade de a formulação e a implementação de medidas preventivas considerarem as particularidades do ambiente institucional em questão. A adoção de práticas de controle interno mais aderentes às especificidades organizacionais mostra-se, portanto, mais eficaz do que abordagens genéricas, as quais podem ser facilmente contornadas.

Adicionalmente, destacam-se os estudos voltados para a análise das características, do comportamento e dos processos de decisão dos potenciais fraudadores. Os resultados apontam que vieses cognitivos, pressões sociais e mecanismos de racionalização pessoal exercem influência significativa nesse processo, razão pela qual não devem ser desconsiderados na formulação de estratégias preventivas. Evi-

dencia-se, ainda, a relevância de análises de perfil prévias à ocupação de cargos públicos ou políticos, com a adoção de ações que possibilitem restringir o acesso daqueles cujas características pessoais revelem maior propensão a condutas antiéticas.

No mesmo sentido, o estudo relativo à influência da educação anticorrupção na mudança comportamental evidencia que treinamentos educacionais voltados à integridade têm o potencial de promover mudanças duradouras de atitude. Esses treinamentos, ao reforçarem valores éticos desde os estágios iniciais da carreira no setor público, contribuem para a consolidação de uma cultura institucional orientada pela ética e pela responsabilidade.

3.8. Propostas apresentadas para prevenção da corrupção a partir dos aspectos comportamentais analisados

O Quadro 6 apresenta as sugestões de abordagens apresentadas nos artigos analisados, as quais têm como objetivo auxiliar os tomadores de decisão na implementação de medidas destinadas a conter ou a diminuir a propensão ao cometimento de atos corruptos. Note-se que uma mesma proposta foi apresentada em mais de um artigo, com destaque

à disseminação de mensagens de reforço positivo e à promoção da participação ativa das instituições na mudança de mentalidade, indo ao encontro das medidas apontadas pela OCDE (2018), as quais também se relacionam com a divulgação de mensagens de incentivo às escolhas éticas e com o fortalecimento dos valores e do ambiente institucional.

Observa-se que as medidas propostas se baseiam em abordagens que consideram as motivações, os incentivos e as normas sociais, apresentando soluções que podem se somar às medidas tradicionais de prevenção da corrupção e aumentar a sua efetividade, tal como assinalado por Lambsdorff (2015).

QUADRO 6 – MEDIDAS APRESENTADAS PARA AUXÍLIO À PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

PROPOSTAS	QUANTIDADE
Disseminar mensagens de reforço positivo	5
Promover a participação ativa das instituições na mudança de mentalidade	4
Promover a conscientização sobre potenciais danos causados pela corrupção	3
Aumentar os controles administrativos e a responsabilização dos agentes	3
Promover a formação dos agentes em temas anticorrupção e de reforço aos padrões éticos	3
Fazer com que a alta administração lidere o processo de mudança e que expresse constantemente o “tom do topo” positivo	2
Analisar previamente as características dos fraudadores	2
Informar acerca das punições aplicadas	2
Utilizar ferramentas informatizadas e/ou tecnologias disruptivas	2
Realizar um processo sistemático de desaprendizagem em relação à corrupção e de reaprendizagem dos valores positivos	2
Fomentar um ambiente colaborativo, inclusivo e meritocrático	2
Disseminar mensagens desconfortáveis, com enfoque na culpa e na vergonha	1
Reforçar a divulgação dos canais de denúncia	1
Analisar profundamente a natureza dos esquemas de fraude e a dinâmica das organizações corruptas	1

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que, de maneira geral, os estudos analisados convergem para a compreensão de que a prevenção da corrupção demanda uma abordagem multifacetada, que articule estratégias de natureza comportamental, educacional, institucional e tecnológica.

As propostas apresentadas destacam, em sua maioria, a influência do contexto organizacional e do comportamento dos líderes, evidenciando a necessidade de implementar intervenções capazes de transformar a cultura institucional. Medidas tradicionalmente utilizadas, como a elaboração de códigos de conduta e o engajamento das lideranças por meio de manifestações internas e participação em eventos, continuam sendo reconhecidas como componentes essenciais dos programas preventivos.

Adicionalmente, os estudos incorporam proposições fundamentadas na análise comportamental e nos processos decisórios individuais, apresentando

modelos e ferramentas voltados à modificação de percepções e atitudes frente à corrupção. Dentre essas iniciativas, destacam-se: um modelo voltado à remodelagem da percepção de agentes públicos em relação à corrupção; um quadro analítico, baseado em fundamentos teóricos, que orienta a seleção de diferentes tipos de intervenção antifraude; e uma estrutura sistematizada para a erradicação da corrupção em organizações, alicerçada em processos de desaprendizagem e reaprendizagem.

Pode-se inferir, portanto, que o aprofundamento do conhecimento sobre os fatores comportamentais, psicológicos e situacionais que favorecem a ocorrência de práticas corruptas constitui base indispensável para o desenvolvimento de mecanismos preventivos, os quais contribuem de forma decisiva para o fortalecimento da integridade organizacional e para a reconstrução da confiança pública nas instituições.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho realizou uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional acerca das iniciativas de prevenção da corrupção orientadas para o comportamento humano, apresentando o cenário de como o tema tem sido tratado no setor público. As descobertas revelaram que a exploração do assunto tem ganhado importância nos estudos de diferentes campos do conhecimento, especialmente da psicologia e da economia comportamental.

Constatou-se também a relatividade aos contextos em que tradicionalmente a prevenção da corrupção era permeada, em essência, por aspectos regulatórios e por padrões de conformidade. Percebeu-se, portanto, que iniciativas que visam influenciar atitudes e comportamentos, como campanhas de conscientização com reforços positivos e comprometimento de toda a organização, têm sido sugeridas para a construção de resultados positivos significativos no âmbito da administração pública.

Também foi possível observar que os trabalhos sobre o assunto foram publicados nos últimos 20 anos, com aumento da frequência nos últimos 6, indicando um interesse recente e emergente pelo tema, mas ainda incipiente. Além de artigos que tratam diretamente do ambiente da administração pública, constatou-se que parte dos trabalhos se correlacionam com os aspectos comportamentais da sociedade em geral, indicando uma vasta gama de possibilidades de foco e análise.

Quanto à localização geográfica dos países aos quais os estudos se referem, houve representação em todos os continentes, exceto na África. Esse resultado apresenta uma perspectiva de pesquisa a ser considerada em trabalhos futuros, que poderão explorar a efetividade de diferentes tipos de iniciativas de prevenção da corrupção orientadas para o comportamento em países africanos, que indicaram escassez absoluta na busca realizada. Também podem ser realizados estudos que avaliem, em diferentes continentes, o impacto e a efetividade, no médio e longo prazos, dessas iniciativas na redução da corrupção e na promoção da integridade. Para isso, faz-se relevante indicar a necessidade de intensificar estudos mais aprofundados sobre a temática em distintos países.

Adicionalmente, trabalhos futuros podem suprir limitação relativa à presente pesquisa, que se ateve

a pesquisar artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, em língua portuguesa e inglesa, com estrato Qualis/Capes equivalente ou superior a B2, de modo a estender a abrangência da análise a outras bases e periódicos, bem como a estudos de diferentes línguas.

Como a presente pesquisa também se ateve especificamente ao setor público, indicam-se estudos que ampliem o seu escopo para o setor privado, de modo a possibilitar análises comparativas.

Por fim, pondera-se que esta revisão sistemática da literatura reforça não apenas a importância, mas também a viabilidade das abordagens comportamentais na luta contra a corrupção, especialmente no setor público, oferecendo um caminho promissor para a construção de sociedades mais justas e íntegras.

5. REFERÊNCIAS

- Barreto, R. T. S., & Vieira, J. B. (2021). Os programas de integridade pública no Brasil: indicadores e desafios. *Cadernos EBAPE.BR - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas*, 19(3), 442-463. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200069>
- Controladoria-Geral da União. (2016). *Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção*. Brasília. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/articulacao-internacional-1/convencao-da-onu/arquivos/cartilha-onu-2016.pdf>
- Controladoria-Geral da União. (2018). *Guia Prático de Gestão de Riscos para a Integridade*. Brasília. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual-gestao-de-riscos.pdf>
- Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017. (2017). Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm
- Decreto n. 11.529, de 16 de maio de 2023. (2023). Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11529.htm
- Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013. (2013). Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/12846.htm

Cronin, P., Ryan, F., & Coughlan, M. (2008). Undertaking a literature review: a step-by-step approach. *British Journal of Nursing*, 17(1), 38-43, 2008. https://www.researchgate.net/publication/5454130_Undertaking_a_literature_review_A_step-by-step_approach

Dupuy, K., & Neset, S. (2020). *La psicología cognitiva de la corrupción*. U4 Anti-Corruption Resource Centre, Chr. Michelsen Institute. <https://www.u4.no/publications/la-psicologa-cognitiva-de-la-corrupcion>

Lambsdorff, J. G. (2015, Dezembro): *Preventing corruption by promoting trust: Insights from behavioral Science* (Working Paper nº 69-15). Universidade de Passau, Passau, Alemanha. <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/125558/1/844794015.pdf>

Muramatsu, R., & Bianchi, A. M. A. F. (2021) Behavioral economics of corruption and its implications. *Brazilian Journal of Political Economy*, 41 (1), 100-116. <https://www.scielo.br/j/rep/a/3gsHZHBvzydVskVvQnVvhyx/?lang=en>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2017). *Recomendação do Conselho da OCDE sobre Integridade Pública*. Paris. <https://legalinstruments.oecd.org/public/doc/130/130.en.pdf>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2018). *Behavioural Insights for Public Integrity: harnessing the human factor to counter corruption*. Paris. https://www.oecd-ilibrary.org/governance/behavioural-insights-for-public-integrity_9789264297067-en

APÊNDICE • QUADRO 1 – ARTIGOS SELECIONADOS

TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO DE PUBLICAÇÃO	PERIÓDICO	PAÍS A QUE O ESTUDO SE REFERE
Be like water: developing a fluid corruption prevention strategy	Prabowo, Hendi Yogi; Suhermita, Suhermita	2018	Journal of Financial Crime	Indonésia
Sight beyond sight: Foreseeing corruption in the Indonesian government through behavioral analysis	Prabowo, Hendi Yogi; Suhermita, Suhermita	2016	Journal of Financial Crime	Indonésia
Distance to news: how social media information affects bribegiving in India	Goto, Jun; Kurosaki, Takashi; Mori, Yuko	2022	Japanese Economic Review	Índia
Psychological Pathways to Fraud: Understanding and Preventing Fraud in Organizations	Murphy, Pamela R.; Dacin, M. Tina	2011	Journal of business Ethics	Estados Unidos
Reinvigorating the human instrument: An exploratory study on the potential use of CAQDAS in qualitative evaluation of corruption prevention in Indonesia	Prabowo, Hendi Yogi	2020	Journal of Financial Crime	Indonésia
To be corrupt or not to be corrupt: Understanding the behavioral side of corruption in Indonesia	Prabowo, Hendi Yogi	2014	Journal of Money Laundering Control	Indonésia
Impact of information system institutionalization on corruption in the Brazilian public health system	Magnagnagno, Odirlei Antonio; Luciano, Edimara M.; Wiedenhöft, Guilherme	2022	Transformando o Governo	Brasil
Understanding Corruption in Organizations – Development and Empirical Assessment of an Action Model	Rabl, Tanja; Kuhlmann, Torsten M.	2008	Journal of business Ethics	Alemanha
Tackling practical issues in fraud control: a practice-based study	Maulidi, Ach; Ansell, Jake	2021	Journal of Financial Crime	Indonésia
Forgetting corruption: unlearning the knowledge of corruption in the Indonesian public sector	Prabowo, Hendi Yogi; Sriyana, Jaka; Syamsudin, Muhammad	2018	Journal of Financial Crime	Indonésia
Experimental test of the effects of punishment probability and size on the decision to take a bribe	Bahník, Štěpán; Vranka, Marek A.	2022	Journal of Behavioral and Experimental Economics	República Checa

TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO DE PUBLICAÇÃO	PERIÓDICO	PAÍS A QUE O ESTUDO SE REFERE
Fight against administrative corruption within governmental organizations from motto to practice (case study: Ministry of Economic Affairs and Finance)	Darsareh, Samieh; Bastanipour, Mehrdad	2016	Problems and perspectives in management	Irã
Anti-Corruption Education in an Indonesian Government-Affiliated Academy: Graduates' Perspectives on How Education Influenced their Behaviour in their Workplace	Ramdhani, Nungki Awalya	2023	Journal of Educational Studies	Indonésia
Corruption and selection by consequences: a behavioral analysis	Carrara, Kester; Fernandes, Diego Mansano	2018	Psicologia, teoria e pesquisa	Brasil
Does more moral equal less corruption? The different mediation of moral foundations between economic growth and corruption in China	Huang, Feng; Li, Sijia; Ding, Huimin; Han, Nuo; Zhu, Tingshao	2023	Current psychology (New Brunswick, N.J.)	China
Managers' Corruption Prevention Efforts in Small and Medium-Sized Enterprises: An Exploration of Determinants	Werner, Anna; Rabl, Tanja; Best, Henning	2019	European management review	Alemanha
Nudging and Artificial Intelligence Against Corruption in the Public Sector: Possibilities and Risks	Capdeferro Villagrasa, Oscar; Ponce Solé, Juli	2022	Revista Digital de Derecho Administrativo	-
Police Corruption and Psychological Testing: A Strategy for Preemployment Screening	Arrigo, Bruce A.; Claussen, Natalie	2003	International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology	-
The Impact of Situational Influences on Corruption in Organizations	Rabl, Tanja	2011	Journal of Business Ethics	Alemanha

Fonte: Elaboração própria.



Tatiana Freitas de Oliveira

tati.oli.freitas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4592-0249>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pós-graduada em Orçamento Público (Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, 2017) e graduada em Engenharia de Produção (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2006). Possui experiência na área de Administração Pública, especialmente em Auditoria, Ouvidoria e Gerenciamento de Riscos. Auditora Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU) desde 2008. Atualmente exerce a função de Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).



Anna Carolina Mendonça Lemos Ribeiro

anna.ribeiro@ipea.gov.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3691-8422>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Possui doutorado em Administração (Universidade de Brasília – UnB, 2022), mestrado em Educação (Universidade Católica de Brasília – UCB, 2010) e em Economia (UnB, 2016), e graduação em Biblioteconomia (UnB, 2000). Desde 2009 é servidora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Atualmente é Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas do Instituto. É professora permanente do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento do Ipea. Áreas de interesse: gestão pública, gestão de pessoas, inteligência e integridade pública.